

OPINIÃO

Agronegócio: cinco estratégias essenciais para a safra 2027

Cassio Menezes e Débora Pereira (*)

O planejamento antecipado e a disciplina financeira são os principais fatores de diferenciação para o sucesso das operações agrícolas.

Diante do anúncio do Plano Safra empresarial 2026/2027 pelo Ministério da Agricultura, que prevê R\$ 525,1 bilhões em crédito, a tomada de decisão individual exige uma análise criteriosa da capacidade de pagamento e dos custos efetivos de cada negócio.

Para orientar produtores e gestores do setor, listamos cinco recomendações fundamentais para estruturar a próxima temporada com segurança e previsibilidade:

#1 Monte o fluxo de caixa antes de iniciar o ciclo: a projeção detalhada, mês a mês, dos desembolsos com insumos, operações e obrigações financeiras, aliada às entradas previstas, é o ponto de partida para a saúde da operação. É indispensável testar cenários adversos de variação de preços e oscilação de produtividade. O objetivo é mapear as necessidades de capital de giro preventivamente, evitando surpresas orçamentárias. O apoio na estruturação de processos de governança e planejamento financeiro robustos, garantindo visibilidade total sobre o ciclo de caixa, é fundamental.

#2 Conheça a margem por cultura, talhão e hectare: apenas medir o volume colhido não é suficiente para determinar a rentabilidade real do negócio. Para tomar decisões precisas sobre onde alocar recursos e eliminar desperdícios, é crucial acompanhar o custo total, a produtividade, o preço de equilíbrio (*breakeven*) e a margem de retorno de cada hectare e cultura. Transformar dados brutos de campo em indicadores estratégicos de desempenho é o que faz diferença entre o sucesso e o fracasso.

#3 Planeje crédito e proteção comercial em conjunto: a escolha das linhas de financiamento deve considerar a comparação do custo efetivo e o alinhamento rigoroso dos

vencimentos ao calendário de recebimento das colheitas. Em paralelo, a adoção de políticas de comercialização, seguros e ferramentas de proteção de preço precisa ser avaliada conforme o perfil de risco da operação. É preciso atuar na otimização de processos de gestão financeira e conformidade, ajudando a empresa a alinhar captação de recursos, gestão de riscos e estratégias comerciais.

#4 Integre os dados da fazenda: informações dispersas geram gargalos e diagnósticos tardios. Compras, estoques, produção, contratos, vendas e indicadores financeiros precisam operar em um ambiente unificado. A integração de dados possibilita o acompanhamento dos custos e compromissos em tempo real, eliminando a dependência de análises retrospectivas feitas apenas após o término da colheita. Implementar arquiteturas de dados que conectam todas as pontas da cadeia operacional da fazenda é crucial para a tomada de decisão.

#5 Use IA para antecipar decisões, com supervisão humana: a adoção de agentes de inteligência artificial permite o monitoramento contínuo de variáveis de mercado, como cotações de commodities, taxa de câmbio, previsões meteorológicas, insumos e compromissos contratuais, gerando alertas e simulações de impacto na margem e no caixa. A utilidade da tecnologia reside em subsidiar análises no momento exato da oportunidade, mantendo a palavra final e a autonomia da decisão com o produtor. Combinar tecnologias emergentes com supervisão humana especializada potencializa os resultados operacionais.

No final, a tecnologia mais valiosa para a próxima safra é aquela que ajuda o produtor a decidir melhor. Uma fazenda pode apresentar recordes de produção e, ainda assim, enfrentar sérias dificuldades por falta de liquidez no caixa. Na safra 2027, gestão estruturada, previsibilidade e eficiência por hectare serão dimensões tão determinantes para a perenidade do negócio quanto a produtividade no campo.

Cassio Menezes é Sales Manager da H&CO Brasil.
Débora Pereira é executiva de contas da H&CO Brasil.

Governo de SP lança 2ª edição do PSA Araucária com R\$ 835 mil para produtores rurais

O Governo de São Paulo, por meio da Fundação Florestal, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil), anuncia o lançamento do Edital de Chamamento Público FF nº 060/2026 da 2ª Edição do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais da Araucária (PSA Araucária). Destinada a agricultores familiares e pequenos produtores das comunidades regionais, a instituição disponibiliza agora um orçamento total de mais de R\$ 835 mil, proveniente do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP). Com o novo edital, cada produtor selecionado poderá receber até R\$ 36 mil ao longo do contrato, que abrange ações de preservação, restauração ecológica e desenvolvimento sustentável. Com a publicação do novo chamamento, o programa amplia significativamente seu

território de atuação para abranger importantes áreas protegidas do Estado de São Paulo. Os produtores rurais elegíveis devem estar localizados nos municípios de Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Bom Sucesso de Itararé e Itararé. “A publicação do edital consolida a força e o êxito do PSA Araucária como uma política pública transformadora no Estado de São Paulo. Ao expandirmos o programa para novos municípios e Unidades de Conservação, demonstramos que é plenamente possível aliar a conservação rigorosa de uma espécie ameaçada de extinção ao fortalecimento econômico dos agricultores familiares e produtores rurais da nossa região”, destaca Victoria Karvelis, diretora da Fundação Florestal.

Manejo integrado de doenças no cafeeiro: efeito do silício no controle da cercosporiose chega a 63,2%

Pesquisa com três variedades identificou camada de cera mais desenvolvida nas folhas tratadas e menor intensidade da doença no Catuaí

A cercosporiose, também conhecida como mancha-de-olho-pardo, pode comprometer o desenvolvimento de mudas do cafeeiro, provocando desfolha, atraso no crescimento e perda de vigor das plantas. Segundo estudos realizados por pesquisadores da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e da Epamig o fornecimento de silício pode contribuir para aumentar a resistência do cafeeiro à doença, inclusive por meio de alterações na própria estrutura das folhas.

A pesquisa avaliou mudas bem nutridas das variedades Catuaí Vermelho IAC 99, Mundo Novo IAC 379/19 e Icatu IAC 2942, com e sem aplicação de silicato de cálcio no substrato. No Catuaí, as plantas tratadas apresentaram 63,2% menos folhas lesionadas e 43% menos lesões por planta em comparação às plantas que não receberam silicato. Para evitar a influência do nutriente cálcio no resultado final, o elemento foi fornecido via carbonato de cálcio, mantendo-se o mesmo teor em todas as plantas. Assim, foi possível comprovar que o efeito observado foi decorrente somente do silício.

Segundo a engenheira agrônoma e doutora em Ciência do Solo e Nutrição de Plantas, Adélia Aziz Alexandre Pozza, uma das autoras do trabalho, os resultados ajudaram a mostrar que o efeito do silício não está relacionado apenas à nutrição da planta, mas também a mudanças na morfologia das folhas.

“Nas plantas tratadas, observamos uma camada de cera mais desenvolvida na parte inferior das folhas. Essa estrutura pode funcionar como uma barreira adicional, dificultando algumas das etapas necessárias para o progresso da doença”, explica.

A microscopia eletrônica mostrou que essa camada de cera era mais espessa nas plantas que receberam silício, especialmente na variedade Catuaí. Em algumas amostras, a cera chegou a cobrir parcialmente os estômatos, enquanto nas plantas não tratadas essas estruturas estavam mais expostas.



Agronelli

Pesquisa e Desenvolvimento de Mercado da Agronelli Soluções, Maurício Komori, o estudo ajuda a ampliar a visão sobre o papel da nutrição no manejo do cafeeiro.

“Quando falamos em sanidade, é comum pensar primeiro no controle direto da doença. Mas a condição nutricional da planta também interfere na forma como ela responde aos estresses. O silício pode contribuir para o fortalecimento dos tecidos e para a formação de barreiras físicas que ajudam a planta a enfrentar melhor determinados desafios”, afirma.

No estudo, a resposta ao silício variou entre as três variedades. O Catuaí apresentou o efeito mais evidente, enquanto o Icatu, considerado mais resistente à cercosporiose, teve resposta menor à aplicação. Segundo os autores, isso indica que a reação ao silício também pode depender das características genéticas de cada material.

Komori ressalta que esse tipo de resultado não significa que o silício substitua as demais práticas de manejo da doença. O silício deve ser visto como parte de uma estratégia integrada. O manejo continua envolvendo escolha da variedade, equilíbrio nutricional, condições adequadas de cultivo, acompanhamento fitossanitário e aplicação de defensivos agrícolas. O diferencial do silício está em contribuir para o fortalecimento dos mecanismos naturais de defesa da planta, favorecendo maior tolerância aos estresses bióticos e abióticos. O benefício, portanto, está em oferecer à planta melhores condições para responder aos desafios do ambiente e expressar seu potencial produtivo de forma mais consistente”, explica.

Para Adélia, a pesquisa contribuiu justamente para mostrar como o silício pode atuar além da correção da acidez do solo ou da nutrição das plantas. “A formação de uma camada de cera mais desenvolvida e a maior presença de silício na superfície das folhas ajudam a explicar por que algumas plantas apresentaram menor intensidade da doença. É uma resposta estrutural da própria planta”, conclui.

“Quando falamos em sanidade, é comum pensar primeiro no controle direto da doença. Mas a condição nutricional da planta também interfere na forma como ela responde aos estresses.

Os pesquisadores apontam que essa mudança pode tornar a superfície da folha mais hidrofóbica, reduzindo a formação do filme de água necessário para processos como germinação e penetração do fungo. O trabalho também identificou maior presença e distribuição mais uniforme de silício na face inferior das folhas tratadas.

Nutrição também faz parte do manejo da sanidade
Para o especialista em Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas e gerente de

Surto de Newcastle ameaça 6 mil perus e fecha mercados internacionais

A confirmação de um foco da doença de Newcastle em uma granja comercial de perus em Nova Itaberaba, Santa Catarina, desencadeou restrições internacionais às exportações brasileiras e reacendeu o debate sobre a segurança sanitária da avicultura nacional.

Enquanto o setor produtivo calcula os possíveis prejuízos comerciais, a Sinergia Animal chama a atenção para uma dimensão frequentemente negligenciada nessas crises: o destino dos animais envolvidos e a responsabilidade das empresas na prevenção de doenças e na garantia de seu bem-estar.

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), o estabelecimento afetado abriga aproximadamente 6 mil perus, que permaneceram na propriedade após a identificação do foco. As medidas sanitárias anunciadas incluem a eliminação do foco por meio da depopulação das aves, seguida de limpeza e desinfecção das instalações. O governo também informou que aproximadamente 133 propriedades da região serão monitoradas pelas autoridades veterinárias.

A repercussão ultrapassou as fronteiras brasileiras. Até esta terça-feira (20), o México havia suspendido a importação de determinados produtos avícolas de todo o Brasil, enquanto China e Chile adotaram restrições específicas para produtos provenientes de Santa Catarina.

Para a Sinergia Animal, a situação evidencia a necessidade de ampliar o debate sobre as consequências das emergências sanitárias na produção animal, indo além das perdas financeiras e dos impactos sobre o comércio internacional.

“Quando uma doença atinge a produção animal, os prejuízos econômicos rapidamente se tornam notícia. Mas o que acontece com os animais? Estamos falando de aproximadamente 6 mil perus em uma propriedade



Sergii Kolesnikov, CANVA

onde as autoridades anunciaram medidas de depopulação. Não basta discutir como proteger as exportações. É preciso questionar quais medidas estão sendo adotadas para prevenir novos episódios e reduzir o sofrimento durante as ações de controle. Biossegurança e bem-estar animal precisam fazer parte de uma mesma política de responsabilidade”, afirma Cristina Diniz, diretora-geral da Sinergia Animal no Brasil.

Crises sanitárias também são crises de bem-estar animal
A doença de Newcastle é uma enfermidade viral altamente contagiosa que pode afetar aves domésticas e silvestres, com manifestações respiratórias, digestivas e neurológicas, além de provocar mortalidade elevada em determinadas circunstâncias.

Embora as autoridades sanitárias tenham estabelecido protocolos para conter a disseminação do vírus, a Sinergia Animal ressalta que a prevenção e o enfrentamento de doenças devem incorporar critérios rigorosos de bem-estar animal, incluindo condições adequadas de criação, monitoramento contínuo da saúde das aves e

procedimentos que minimizem o sofrimento durante intervenções sanitárias.

De acordo com informações publicadas pela Folha de S.Paulo, a granja onde o foco foi identificado integra a cadeia de fornecimento da MBRF, companhia formada pela combinação de operações da Marfrig e da BRF.

“Empresas que lucram com a produção animal também precisam assumir responsabilidade pelas condições em que esses animais vivem e pelas consequências das crises sanitárias. Transparência não pode ser uma exigência apenas dos mercados importadores. Ela também é devida à sociedade e aos animais que dependem dessas decisões”, reforça Cristina.

O Brasil ocupa a posição de maior exportador mundial de carne de frango, o que torna episódios sanitários particularmente sensíveis para o setor. As restrições anunciadas por parceiros comerciais demonstram como a ocorrência de doenças pode provocar repercussões econômicas que ultrapasam a propriedade onde o foco foi identificado